

# Diretrizes do novo "pacote" econômico

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O programa alternativo de política econômica — elaborado pelo Grupo dos 11 do PDS com a assessoria do Ministério da Fazenda, da Seplan e do Ministério do Trabalho — será anunciado pelo presidente do partido, José Sarney, nesta semana, e atende a uma necessidade vital do governo: gerar uma parcela dos quase Cr\$ 3 trilhões que faltam ao orçamento fiscal para transferir cerca de Cr\$ 4,8 trilhões ao orçamento monetário em 1984. No momento, o orçamento da União dispõe de somente Cr\$ 1,8 trilhão.

Esses números são preliminares e serão negociados em novembro próximo com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que vem a Brasília para a checagem das contas. "A cifra de Cr\$ 4,8 trilhões faz parte de uma simulação que fizemos para zerar o déficit público em 1984. Se não der, cortamos

em outras partes", ponderou uma categorizada fonte da Seplan.

No máximo até quarta-feira, o trabalho do Grupo dos 11 estará concluído. Para tanto, técnicos do Ministério do Trabalho atravessam este fim de semana retocando as modificações, para dar maior liberalidade à lei de greve e à organização sindical (ver matéria ao lado). São duas questões de extrema importância para dar respaldo à proposta de livre negociação que está embutida no substitutivo ao Decreto-lei nº 2.045.

Uma das propostas do Ministério do Trabalho amarra os salários à folha de pagamento de cada empresa, de forma que ela não cresça além de 80% do INPC. A distribuição dos reajustes salariais, portanto, fica a critério da empresa — mediada por uma comissão intra-empresa. A partir de 1985, porém, passa a haver um piso de reajustes de 70% do INPC, introduzindo-se a livre negociação com os empregados, para aumentos superiores. Esse piso fica fixado em 60% do INPC para 1986 e em 50% para 1987.

Em contrapartida, o governo pretende adotar providências para o IR das pessoas físicas. A principal delas, e que dará uma receita brutal para os cofres públicos, é a correção da alíquota do IR na fonte bem abaixo da taxa de inflação. Chegou-se a falar em apenas 100%, mas o secretário da Receita Federal, Francisco Oswaldo Dornelles, a desmentiu veementemente. A criação de uma faixa adicional de 60% na tabela progressiva do Imposto de Renda já é uma decisão praticamente acertada, e o governo pensa, também, em promover alterações na cédula G — dos rendimentos agrícolas, para arrancar mais recursos dos produtores rurais. Esta, entretanto, é uma questão delicada, pois a agricultura já enfrentará o segundo semestre de 1984 sem os benefícios da taxa de juros subsidiada.

O ponto central do pacote fiscal — embora esteja sendo apontado como uma espécie

(Continua na página 3)

## Diretrizes do novo "pacote"...

por Cláudia Safatle  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

de barganha do Executivo, para que o Legislativo aprove uma nova política salarial que rebaixe os salários — é a absoluta necessidade do governo de gerar mais receitas. As fontes da Seplan argumentam que não existe nenhum compromisso do governo com o FMI para transferir Cr\$ 4,8 trilhões (que já foram previstos inicialmente em Cr\$ 5,2 trilhões) do orçamento fiscal para o monetário.

Essa não é uma simples conta. É fundamental para cumprir o programa de eliminação do déficit público e os dois orçamentos, que compõem os financiamentos globais do governo central, são responsáveis por 3,2% do PIB no déficit público. Mas, a partir de novembro, quando houver nova rodada de negociação entre o País e o Fundo, para acertar as metas detalhadas de 1984 — já de pos-

se de uma taxa de inflação bastante próxima da que ocorrerá no ano, e com o orçamento das empresas estatais concluído —, esses números poderão necessitar de novas alterações.

O governo preparou, também, algumas medidas para amenizar a crise financeira dos governos estaduais e municipais, que deverão ser incorporadas ao pacote do grupo dos 11 do PDS. Além de prever o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) de 16 para 18%, pensa-se em criar um fundo compensatório, com recursos do Imposto de Exportação, para ser distribuído entre os estados e municípios que concedem benefícios fiscais às exportações de manufaturas, isentas do ICM. O Ministério da Fazenda examina, ainda, a possibilidade de instituir a incidência plena do ICM sobre os cigarros, embora considere que os efeitos da elasticidade-preço acabaria por reduzir a demanda.

Outras providências, co-

mo a fusão do ICM com o Imposto sobre Serviços (ISS) e a transformação do ICM num imposto seletivo, que passaria a ser cobrado no destino final da mercadoria, e não mais no estado de origem do fato gerador, estão sendo avaliados pelo governo, mas provavel-

mente serão medidas para ser adotadas mais na frente. O mesmo deverá ocorrer com a transferência de quase todo o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — exceto o cobrado sobre cigarros, automóveis e bebidas — para os estados e municípios.

Segundo uma fonte do governo, que na sexta-feira manteve contatos telefônicos com o FMI, em Washington, essa proposta não encontra nenhuma objeção por parte do Fundo, mesmo porque em 1985 termina o acordo em torno do programa de ajustamento da economia brasileira.

Outra proposta do Ministério do Trabalho, entretanto, elimina a etapa programada para o ano que vem e vai diretamente ao estabelecimento de um reajuste automático de todos os salários em 70% do INPC em 1984, 60% em 1985 e 50% em 1986, mas introduz imediatamente a livre

negociação de aumentos adicionais e não cria o compromisso de cada empresa com o teto de correção global da folha de salários.

Na área fiscal, o governo aparentemente penaliza mais os ganhos de capital, em detrimento do trabalho assalariado. As medidas que subsidiarão a tarefa do Grupo dos 11 são: elevação de 4 para 8% da alíquota do Imposto de Renda na fonte para os lucros do open market; aumento de 3 para cerca de 6% na tributação das sociedades civis; aumento de 25 para 30% do IR sobre os dividendos das sociedades fechadas; e de 15 para 20% nas sociedades abertas.